

EDUCAÇÃO: DESTRUIÇÃO/RECONSTRUÇÃO

Francisco Estigarribia de Freitas

Tomando por base as políticas educacionais como orientadoras de algumas práticas pedagógicas e relacionando-as com a questão ideológica, busca-se estabelecer um diálogo com os leitores, em direção à construção coletiva de uma tática e uma estratégia de ruptura da manipulação.

Sem dúvida alguma as naves espaciais, as estações orbitais, as comunicações via satélite, a reengenharia, a automação, a engenharia genética entre tantas outras criações, simbolizam as "novas tecnologias" da atualidade que se materializam "fora do chão" vão desde as residências imponentes e esplendorosas fincadas nas baías pelo o mundo afora, até os monumentais "San Siro" espalhados pelos espaços urbanos internacionais que representam a conjugação de tecnologias de ponta e a concentração do financeiro. Estas, encerram em si, a idéia do prazer, da euforia e do sucesso de heróis, que para se exibirem nestes locais, renunciam a livre alegria e ao prazer do lúdico, para submeterem-se docilmente aos adestramentos modernos. Isto tudo é vendido pela mídia, que se encarrega de acalmar os mais ou menos cinco bilhões de prisioneiros nas suas celas residências e de partilhar com estes, os "fantásticos poderes" da tecnologia moderna.

Igualmente, não há como negar, a fome, a violência, a prostituição, a guerra, as epidemias, os sem terra, os sem teto, os desempregados, enfim, os sem valorização da vida, pois vivemos na sociedade da beleza plástica tão difundida pela televisão que por um lado ajuda a sufocar as necessidades básicas da liberdade, e por outro lado, privilegia aquelas necessidades que absorvem o poder e as funções repressivas da sociedade, conforme premeditou Herbert Marcuse(1955). Isto, de certa forma, é partilhado por Kincheloe(1997) quando analisa no capítulo dois a crise da modernidade como sendo uma crise da cognição, na medida em que considera a paisagem pós moderna como sendo resultado da ética da manipulação, apoiada em uma questão essencial, "a mobilização do consentimento" (Kincheloe,1997:66). Ora, como não consentir se o

"poder jamais permitiria a eclosão de mecanismos de diluição do saber e de distribuição do conhecimento, pois esse processo levaria a uma inevitável diluição dos próprios topoi habitados pelo poder, fazendo oposição a ele e podendo até mesmo levar à sua total destruição"(Gallo,1995b:61).

Diante ao crescente poder do Estado em relação direta ao aumento da repressão dos movimentos organizados socialmente, constata-se do ponto de vista da política, uma má vontade com as ações gestadas na sociedade civil. Pois na verdade, no jogo da manipulação, o que está na base do discurso do Estado mínimo é a ideologia do único Estado possível em uma sociedade cibernética, ou seja, o Estado máximo(Bookchin, 1999).

Como escapar da manipulação se a todo momento explica-se a

"exaltação às necessidades irresistíveis da produção e consumo do desperdício, do trabalho estupefaciente e improdutivo, de lazeres que só aumentam e prolongam o esgotamento de ânimo, das necessidades decepcionantes de auto - competição na liberdade de mercado, da imprensa livre que se auto - censura, da liberdade de escolha entre mil e uma marcas engenhosas de mercadorias cada vez mais desprovidas de finalidade real"(Editorial do Centro de Cultura-SP, nº4),

que caracterizam a economia das privações generalizadas ainda que de modo diferente, pois poucos têm muito e uma grande maioria não tem nada.

Assim, o resultado premeditado deste aparato técnico de produção e distribuição, só poderia ser a construção da ideologia do consenso, pois se vive a atomização, onde o individualismo é a grande estratégia, uma vez que, os sujeitos são despojados do sentido histórico. Ahistóricos, os sujeitos marginalizam-se através dos crimes, da prostituição, das crises de valores, ou seja, o contrato social prometido no cotidiano não existe, nem para os poucos que tudo têm - quanto mais tem, mais constatam estarem longe da liberdade -, nem para os muitos que nada têm, pois, a estes, o futuro sempre é um vir a ser que a grande maioria destes jamais alcançará.

O efeito inevitável da exclusão econômica, social, política e educacional deveria nos levar a rebelião universal. Mas porque isto não acontece e mesmo assim, nos mantemos integrados ao cotidiano das possibilidades que nos privam?

Talvez a explicação possa estar na "cultura", que, como palavra do arcabouço retórico da

modernidade a tudo aceita, estando perfeitamente vazia, até vazia à perfeição. No jogo da manipulação, o seu uso assume ares de pomposidade universal, como se em um determinado tipo de sociedade, de relações sociais, de relação de produção correspondesse a uma cultura determinada. Com isto escamoteia o relativismo que se esconde atrás da aparente categoria universal, pois, na verdade, quer dizer cultura capitalista, cultura consumista, cultura mediatizada e mediática, cultura especulativa e do espetacular (Monteiro, 1998). Em outras palavras, o que amálgama todos nós é a cultura que legitima, reproduz e perpetua a sociedade das generalizações de simbologias e de estímulo ao consumo irracional. A urgência da implementação destas "reformas", sobretudo no sistema educativo - que encurrala, desde o princípio, a criatividade, a curiosidade, o desejo, e fomenta a competitividade, a obediência, a aceitação acrítica (Monteiro, 1998) -, é fundamental na "nova caracterização" da relação com "os estudantes da epistemologia da verdade única do modernismo[que] são tratados como cavalos bem treinados, premiados somente por períodos muito curtos de retenção de verdades certificadas" (Kincheloe, 1997: 13). Esta relação entre o sistema e os sujeitos, deixa à mostra que

"o exercício de poder na hiper-realidade é como um camaleão que assume uma variedade de formas. Uma das mais importantes formas, entretanto, envolve seu poder de seduzir. Utilizando as representações de subjetividade da propaganda, o poder interessado na hiper-realidade absorve as resistências antagônicas e irreconciliáveis que crescem nas relações da sociedade dominante" (Kincheloe, 1997: 94).

Neste quadro, muitas obras produzidas pelos teóricos revisionistas da educação têm sido produzidas, mas raras são as que têm sido praticadas conforme o previsto pelos distintos teóricos. Será que estas produções foram inúteis? Com certeza não. Mas então qual o papel destas produções? Foi o início da investigação do estado da educação, permitindo melhor compreensão das articulações entre o saber e o poder, viabilizando, por sua vez, desvelar os aparelhos do saber e do poder e os laços com a ideologia .

Porém, por força de suas próprias obras e pela expressiva adesão junto aos leitores, foram levados a ter que responder o "como fazer?". Aí começa o equívoco, pois tanto quanto a análise da evolução histórica, também estas propostas fundam-se nas diretrizes do materialismo histórico . O segundo equívoco está ligado ao desejo de controlar os excessos, logo, esta vontade está ligada à centralização, à uniformização e a distribuição do trabalho, e dos comportamentos individuais. Fato que leva a maioria destes intelectuais a construir um gosto pela liberdade, limitando-a apenas a manter uma "porta aberta" e, não ultrapassar a "soleira".

Isto produziu concepções de educação baseadas no conhecimento geral, insuficientes para livrar os Seres Humanos das influências da sociedade de classe onde nasceram. Por conseqüência, passou a servir para classificar na classe - uma minoria revolucionária -, uma reserva de recursos para quando a sociedade decadente ruir.

Por que estas propostas servem apenas para isto?

Por que permaneceram num quadro estreito, ou seja, esqueceram que a construção da consciência se faz na luta. Apavorados pelo vazio da ruptura radical, retrocederam, optando pela educação hierarquizada, pensada pelas elites.

Muito embora, alguns apontem para questões que transcendem ao teórico, ao econômico como por exemplo, de forma específica, no capítulo seis de "Educação e Poder" de Michel W. Apple e mesmo quando Joe L. Kincheloe faz uma aprofundadíssima análise da formação de professores e introduzindo sugestões significativas à prática educativa, não há uma explicitação clara da superação da adaptação dos indivíduos às exigências do econômico.

Nesse sentido, entra mais uma vez em cena, a retórica da manipulação, pois, para esconder a questão econômica, constrói-se toda uma retórica que confunde destruição/reconstrução com o niilismo.

O que é uma educação da destruição/reconstrução?

Toda ruptura necessita fundamentalmente de uma destruição, só que esta nova natureza não pode ser alienante, pois conforme o que diz Joyeux (1992:39):

"O momento em que se produz uma ruptura entre a antiga sociedade de classe e um mundo mal definido, porque seus contornos de classe ainda estão afogados na ideologia, escapa ao indivíduo como aos grupos, mesmo se a ação daquele e destes for indispensável para ajudar no processo de decomposição que provoca a ruptura. Compreender a parte exata que o [Ser Humano] assume nessa quebra é essencial para que o movimento revolucionário possa determinar uma tática e um estratégia que permita orientar o evento".

Nesse caso, as transformações revolucionárias são construídas com luta, pois, após atingir o sucesso ainda é preciso semear a "nova semente" e esperar germinar. Por isso a mentira e as meias palavras são inúteis. E preciso ter clareza e comunicar com precisão.

Assim, uma educação de ruptura precisa assumir claramente a ânsia de destruir o Estado de classe, o aparelho ideológico do Estado, a propriedade privada e os meios de produção, o sistema de lucro, mais - valia e espólio, a luta de classes, o binômio dirigente-dirigidos, a chamada divisão social do trabalho, a democracia indireta, a mentalidade do consumo, lucro e egoísmo, o capitalismo internacional e/ou qualquer outra forma de poder.

Do ponto de vista pedagógico, isso significa assumir uma pedagogia do risco que atue no nível do individual e do coletivo, porém no sentido de superar a educação tradicional.

"No nível individual através da liberação do indivíduo para o prazer e para a criatividade, para o livre desenvolvimento de tudo aquilo que ele pode ser; no nível coletivo, faz com que este indivíduo que se desenvolveu livremente perceba-se sempre como parte de um todo social mais amplo e que, mesmo podendo desenvolver livremente suas características, elas podem e devem harmonizar-se com as mais díspares características de todos os demais indivíduos que compõem a multiplicidade social" (Gallo, 1995a:174).

Este projeto para ser levado à prática até aos seus mais radicais fins, partindo do atual campo (hierárquico, atomizado e robotizado), precisa implementar uma comunidade com autonomia, auto-suficiência e democracia direta como forma de ruptura social, frente à crescente autoridade do Estado. Em termos de ensino, significa romper com o ensino disciplinar e/ou multi-transdisciplinar ou qualquer outra palavra que mantenha a disciplina. Precisamos usar a transversalidade para possibilitar aos discentes e docentes construir uma identidade, uma cultura e espaços associativos próprios, liberados dos vícios da estrutura da sociedade da representação indireta, da burocracia e do monopólio da violência.

No plano da didática, precisamos romper com a pretensão de achar que ensinamos tudo (Comenius), para adotar a didática erótica fundada no prazer e na sedução dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, logo, tratar de conceber o ato de ensinar como um jogo de sedução, onde a cada um cabe conhecer-se profundamente para depois, participar ativamente do parto de desvelar os outros indivíduos.

Quanto à avaliação, urge o desuso da brincadeira ideológica de aperfeiçoar o ato de avaliar, pois de que vale um Ser Humano que não é capaz de se dedicar a aperfeiçoar as condições de trabalho visando a uma melhoria da qualidade de vida, mas tem um excelente comportamento pré construído fora de si?

A reforma

O Estado e, principalmente, o Estado capitalista tem demonstrado uma enorme capacidade de elasticidade, ao mesmo tempo em que constrói uma identidade complexa e ilusória, também,

"em princípio, parece ser menos duro que os Estados anteriores, posto que o choque das singularidades contra o seu muro-limite não resulta num impacto tão violento e repressor, eliminando-as pura e simplesmente. Não; o capitalismo parece oferecer uma convivência às dissidências singulares, mas apenas para aborvê-las em seu meio e alargar seus próprios limites, como uma galinha que abre e estica as asas para receber os pintinhos; o muro-limite do capitalismo é enganosamente macio e mesmo aconchegante". (Gallo,1995b:229)

Esta "incapacidade" ideológica da reconstrução no Brasil está muito clara nas mudanças propostas pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação(Lei 9394/96), que fere de forma grave a Constituição Brasileira em seu artigo 207, no que tange a autonomia didático?pedagógica das Universidades Brasileiras.

Mas como este país, assimilou e incorporou no seu arcabouço jurídico o uso do Ato Institucional - prática muito utilizada pelo regime militar totalitário -, apenas com nova roupagem da linguagem globalizada, transformando-o em Medidas Provisórias(MPs), Resoluções entre tantas outras figuras jurídico-políticas de repressão, somos levados a discuti-las com a maior naturalidade. Com isto lhes atribuímos o caráter legal para algo que no mínimo é imoral, anti-ético e criminoso com a população brasileira.

Este é o caso das políticas públicas voltadas para o ensino brasileiro. Pois, a força desta "naturalidade" tem nos mergulhado em profanas e profundas divagações sobre a extensa produção de diretrizes, pareceres, normativas e tanto outros artifícios para regulamentar o ensino pelos "especialistas" de plantão do setor educacional. Esta paranóica regulamentação nos tem tornado submissos à mediocridade, à falta de criatividade e, pior ainda, temos engrossado o número daqueles que com um pé no poder e outro no oportunismo, produzem uma série de documentos com uma retórica extremamente rica em adjetivação modernista, mas pobre em sustentação filosófica.

Mas porque isto acontece?

Porque alguns destes "especialistas" reconhecem e criticam o Estado burguês, comedor de impostos, para distribuir à burguesia dominante. Mas isto até receber uma "herança", porque desta não renunciam e muito menos nutrem um confortável bem estar a partir da propriedade coletiva. Isto ocorre porque em suas análises chegam à conclusão de que não attingirão o topo do poder burguês. Aí, instala-se a decepção. São contra o consumismo por ser um princípio burguês, porém, não dispensam o lucro, socializando a miséria. Outro fator da decepção destes "especialistas" é a impossibilidade de serem novos capitalistas, principalmente numa sala de professores, onde o charme de ser socialista desperta paixões e desejos.

O resultado é a formação de uma contra ideologia, ou seja, "verdades" que valiam ontem, hoje, outras valem em seu lugar. Assim, no momento em que se vêem a beira da "democracia" precisando defender o socialismo, mas constatando ser impossível pela falta de instrumentos jurídicos e respaldo popular, entram em desespero pela negligência da inteligência culta socialista, atingindo o último estágio: A DEMÊNCIA PEDAGÓGICA. O que por via de consequência, CONDUZIRÁ UMA EDUCAÇÃO DO NADA, tendo como resultado uma viagem por um processo prenhe de útil idiotice de mestres, alunos, sujeitos e estruturas. Todos, enfim, mobilizados para receber alguma coisa nova capaz de nos tirar da decepção ou demência. Se esta coisa for autoritária, ditatorial e até fascista, porém, coerente, poderá até dominar. Afinal de contas a história da evolução humana pode explicar isso.

Nesta direção, precisamos olhar a gênese desta avalanche de regulamentação para o ensino brasileiro como a LDB em seu artigo 53, com um olhar um pouco reflexivo, crítico e coerente politicamente para constatar que o exercício da cidadania é assegurado às IES, na medida em que "(...) criar, organizar e extinguir em sua sede cursos e programas de educação superior previstos nesta lei(...) fixar os currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes(...) é uma atribuição destas".

Isso jogado para atual conjuntura nacional e internacional, fica claro que as "diretrizes gerais pertinentes" são as diretrizes que sustentam uma visão cartesiana na qual se separa o corpo e mente para desta forma aprofundar a dominação e hegemonização do poder. Neste quadro, o papel da escola delimita-se ao de uma instituição social qualquer, voltada à reprodução de valores que apesar da intencionalidade de transformações, não passam de mecanismos de reelaboração de conceitos como autonomia, liberdade, justiça, igualdade, vinculados ao controle do poder, criando, assim, um conceito de autonomia controlada; de uma liberdade extremamente vigiada, a partir da produção de mecanismos de controle, graças ao desenvolvimento da ciência e tecnologia - "interdisciplinaridade pos-moderna" -; uma justiça vinculada ao interior das classes sociais; e, uma igualdade fundada na competência, onde esta é isolada das influências externas ao sujeito.

Fica claro na " proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior", na medida em que coloca como um dos pontos que exigem a reformulação da teoria e da prática na formação de professores, a globalização econômica, pois esta exige competitividade o que levaria à necessidade de qualificar os recursos humanos e fortalecer as instituições democráticas, as quais garantiriam o exercício da cidadania. Este canto da sereia é medíocre, pobre, fantasmagórico e só é verdadeiro para a burguesia detentora do capital internacional porque desvincula os professores do ato de pensar a sua própria ação fazendo-os e executar o que foi planejado por terceiros os "especialistas", muito embora a retórica da LDB, PCNs e tantos outros documentos produzidos, sejam de autonomia e liberdade. Mas em seguida vêem os exames, cheios de desculpas para qualificar e avaliar os cursos o que na prática significa mais verbas para as instituições escolares dentro da ótica fordista de produção.

A desvinculação da formação de professores das IES, mão por ela em si, mas pela ausência de assumir a educação da destruição/reconstrução, aprofundará ainda mais, a desvinculação entre o pensar e o agir. Com isto, volta a cena, a manipulação, já que as cordas de tensionamento da qualidade do ensino e publicização/democratização da escola ficam submersas à aplicação universal do princípio da "disponibilidade econômica".

Bibliografia

APPLE, Michael W. "Educação e Poder". Trad. de Maria Cristina Monteiro, Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOOKCHIN, Murray". Municipalismo Libertário. Trad. J. P. Oliveira & outros. São Paulo, Editora Imaginário, 1999.

CHESNEAUX, Jean. "Modernidade - Mundo". Petrópolis, RJ., E. Vozes, 1996.

GALLO, S. "Educação Anarquista: um paradigma para hoje". Piracicaba, Ed. Unimep, 1995(b).

GALLO, S. "Pedagogia do Risco: experiência anarquista em educação". Campinas, Papyrus, 1995(a).

JOYEUX, Maurice. "Reflexões sobre a Anarquia", São Paulo: Archipélago Editora e Promoções Ltda.,

1992.

KINCHELOE, Joe L. . "A formação do professor como compromisso político: mapeando o pós-moderno". Trad. Nize Maria campos Pellanda, Porto Alegre:Artes Médicas, 1997.

MARCUSE, H. "Eros and Civilization". Boston: Beacon Press. 1955.

MONTEIRO, Josu. "Pontos de Fuga: A cultura como instrumento de normalização, inclusão, coesão e controle social". Bilbo, Ediciones E. Z./Argitaraldiak, 1998.

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2001 - Nº 17 > Editorial > Índice > [Resumo](#) > **Artigo**